



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 011

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 011

11ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 04

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 05

Dep. Pastor Edson Praczyk 06

Dep. Teruo Kato 06

Dep. Plauto Miró 07

Dep. Antonio Belinati 09

Grande Expediente:

Dep. Artagão Júnior 10

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 08

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 10

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 13

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 14

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 15

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 17

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 18

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 21

3ª Discussão 21

2ª Discussão 21

Requerimentos 21

Encerramento da Sessão 23

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 23

Ata de Comissão

Ecologia e Meio Ambiente 25

DIÁRIO Nº 011

11ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE FEVEREIRO DE 2008

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes

Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni (35).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Waldyr Pugliesi (15). Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Carlos Simões, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob nº 113/08-GP do Sr. J. Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), a partir de 01/01/08, incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 17/08

Curitiba, em 28.02.08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 28/02/08 - por estar em visita a minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 039/08

SÚMULA:

Propõe a construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim na cidade de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Nelson Garcia solicitar:

- construção de uma sede para a Guarda Mirim na cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Guarda Mirim, desenvolvido através da Associação de Moradores de Rio Bonito na cidade de Irati, atende um público de 200 crianças e adolescentes entre 09 e 18 anos, oferecendo atividades em contraturno escolar, além de encaminhar jovens para o mercado de trabalho pela Lei do Menor Aprendiz.

É um trabalho que orgulha a comunidade e tem tirado muitos jovens da rua encaminhando-os para uma vida que vislumbra um futuro promissor a todos aqueles que frequentam esta instituição.

INDICAÇÃO Nº 040/08

SÚMULA:

Propõe atenção especial e atendimento a necessidade da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial às necessidades apresentadas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL.

II - Conforme cópia do OF.GR. Nº 050/08 dirigindo a esta Secretaria o que nos foi encaminhado para ciência, podemos constatar a situação de urgência em que se encontra a questão.

III - Destacamos do ofício citado a necessidade de imediata correção dos valores das FGs e CCs baseadas no Decreto Estadual nº 5965/05 por certo estancaria emergencialmente, a saída de profissionais em todos os setores da UEL.

IV - A situação relatada torna forçosa a atuação mais eficaz no trato das soluções, pois coloca em risco o ano letivo.

V - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de paranaenses que se beneficiam dos préstimos de tão conceituada universidade

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 041/08

SÚMULA:

Propõe a construção de um Centro de Educação Infantil no distrito Vale Azul, no município de Sarandi.

Senhor Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado viabilize a construção de um Centro de Educação Infantil, no loteamento Chácaras Aeroporto, no distrito de Vale Azul, no município de Sarandi.

II - A pertinência da proposição reside nos argumentos fornecidos pelo Vereadores Luiz Carlos de Aguiar, da Câmara Municipal de Sarandi, que no pede empenho neste pleito, por representar uma grande dificuldade para as mães que trabalham fora e que não têm onde deixar seus filhos durante o período.

III - Por se tratar de tema de especial relevância, solicitamos empenho máximo em seu atendimento.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 27 e 28 de fevereiro de 2008 devido a visitas aos aterros sanitários de São Paulo.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão, votos de congratulações ao Prefeito de Nova Londrina, Sr. Arlindo Troian, e à nova diretoria da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná - AMUNPAR, os quais assumiram essa entidade no último dia 22 deste mês, em solenidade realizada em Cruzeiro do Sul. A AMUNPAR tem se destacado como instância de defesa e promoção do desenvolvimento sócio-econômico de toda a região noroeste do Paraná, razão pela qual é com grande orgulho que esta Casa registra esse fato e cumprimenta a nova diretoria, com votos de que seja plena de conquistas e realizações.

Requer à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Presidente da AMUNPAR, Sr. Arlindo Troian, situado na rua Professora Neuza Cascão Borba, nº 1691, em Paranavaí, CEP: 87705-160.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Catarina Pedrosa de Moraes - Planta Nossa Sra. de Lourdes - município de Almirante Tamandaré, que pedem policiamento ostensivo no local devido os vândalos estarem apedrejando as residências, quebrando as janelas e telhados.

Os moradores estão apavorados com a falta de segurança e afirmam que quando chamam a polícia no 190 não são atendidos. As ocorrências são constantes e como a situação é realmente muito crítica no bairro o policiamento se faz necessário e urgente.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e trabalhadores das empresas próximas à "Favela do Capelão", sito perto da antiga BR-116 - Linha Verde - Bairro do Xaxim, que pedem policiamento ostensivo no local devido alguns pivetes estarem assaltando as pessoas em pleno dia.

O local encontra-se sem segurança e os adolescentes desocupados aproveitam para praticar os assaltos quase que diariamente, a qualquer hora. Face a situação crítica local o policiamento se faz necessário e urgente.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando sejam enviados a este Parlamento os seguintes documentos e informações referentes aos carros locados utilizados no Governo do Estado.

- Quantos automóveis locados estão em uso no Governo do Estado, incluindo Administração Direta e Indireta, conselhos e unidades regionais;

- Relacionar cada automóvel discriminando marca, modelo, ano e valor da locação bem como tempo de duração de cada contrato;

- Qual foi a modalidade de licitação empregada quando da locação desses automóveis.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 054/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Alexandre Ceranto a PR-580 no trecho que liga o município de Umuarama a Serra dos Dourados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva a denominar de Alexandre Ceranto o trecho da PR-58, que liga o município de Umuarama a Serra dos Dourados.

Alexandre Ceranto foi Prefeito do município de Umuarama (1989/1992) e mantinha o gabinete com a porta aberta para atender a população no auditório da Prefeitura. Além de Prefeito, Ceranto ocupou cargos de Deputado Estadual nos anos de 1987/1988, e foi suplente de Deputado Federal, assumindo a cadeira entre 1998/1997. Em Umuarama, ocupou os cargos do Presidente da Associação Comercial e Industrial e Juiz de Paz.

O paulista Ceranto morava em Umuarama desde 1959, era casado e deixou seis filhos. Na área empresarial foi responsável pela instalação do Frigorífico Umuarama, que chegou a ser a maior empresa do município. Ele era sogro do nobre Deputado Nelson Garcia.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares à presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas solicitando todos aqueles que fizeram o uso da palavra, que se inscrevam para que não criemos os problemas que tivemos ontem. De qualquer maneira fica combinado, que na terça-feira, às 11h, juntamente com a reunião da Mesa Executiva, convidamos todos os Líderes dos partidos e aqueles que não são Líderes mas que queiram participar, para que definamos de uma vez por todas a questão que foi votada, ontem, com as emen-

das e definições de Pequeno e Grande Expediente, como se define, para que não tenhamos qualquer tipo de questionamento, como aquele que houve ontem. Vamos definir isso, até porque é uma matéria fácil de ser esclarecida.

No Pequeno Expediente, por cinco minutos, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, inicialmente vou tocar em dois assuntos.

Primeiro assunto, Deputado Alexandre, vai ser a Saúde. Ontem vi o Deputado Marcelo Rangel falando sobre UTI e fui buscar algumas informações, e depois foi falar da questão do Pissetti. E até quero pedir ao Deputado Marcelo Rangel, que na Sessão da semana passada disse que teria conseguido as informações da Polícia Federal, dos vôos do Pissetti ao Paraguai, até para colaborar, porque está uma polêmica da imprensa se é verdadeira ou não a informação. Gostaria depois de saber do Deputado Marcelo Rangel, ele anunciou aquele dia que iria pegar a relação das viagens ao Paraguai, se conseguiu, porque aí é oficial.

Tenho essas informações, que vieram não através de um pedido oficial desta Casa. Então, a partir do momento que o Deputado Marcelo ver se ele tem os documentos, fica mais forte, até porque ele tem os documentos, que são pedidos desta Casa para a Polícia Federal. Daí fica mais consistente o pedido. Se o Deputado não tiver, vou apresentar ainda nesta Sessão, mais tarde, os documentos, a forma que consegui o documento. Prefiro que ele tenha, porque é da Polícia Federal, é mais forte, e foi pedido por esta Casa. Se ele não tiver a informação, vou colocar a minha informação que vem de uma fonte segura.

O Deputado Marcelo Rangel, ontem, preocupado com a Saúde, acho que a preocupação da Saúde é de todos nós, falou sobre UTIs. Isso é uma briga já antiga, do Paraná e do Brasil, a falta de UTIs.

Aconteceu um caso que, às vezes, a desinformação leva a esses casos. Temos uma paciente lá, de nome Tatiana, muito amiga nossa, que desde sábado à 1h da manhã teve problemas de saúde, está com a gestação de 6 seis meses e ela teve problemas, acabou entrando no Hospital Evangélico e só ontem, após um contato nosso, através do nosso assessor Paulo Balancin, se conseguiu que a Regional de Saúde encaminhasse o pedido. Não havia pedido para se arrumar uma UTI para aquela menina que está, inclusive, com a bolsa estourada, aguardando o pedido. Ontem, a Regional providenciou, agora pela manhã a Regional está tentando a vaga e aos poucos vai se resolvendo aquele caso de UTI. É uma menina que conhecemos muito da Garagem da Esperança.

E outros casos citados, Rosemary Santos Frisato, 2ª Regional, não há pedido da Regional, e a Maura Rosângela que foi internada aqui em Curitiba.

Algumas informações da Saúde que tenho acompanhado, tenho acompanhado o trabalho do Chefe da Regional, porque lutamos para colocá-lo, não por política, mas por competência, e o caso dessa menina Tatiane é um caso grave. mas que houve uma falha do médico do hospital que só ontem, 9h30 da manhã, provocado por nossa equipe, que fez o pedido da vaga e ela vai ser encaminhada no dia de hoje.

E fico aguardando o posicionamento do Deputado Marcelo Rangel quanto a esta viagem ao Paraguai. Se V. Exa. tiver os documentos, acho que são mais importantes que os meus. Senão eu estarei no final desta Sessão, apresentando os dias que o Pissetti esteve no Paraguai.

Eu volto daqui a pouco, Sr. Presidente, no Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Só para comunicar a Mesa e ao Plenário, eu, juntamente com o Deputado Litro e o Deputado Fernando Ribas Carli, fomos designados pela Comissão do Meio Ambiente para verificar um acidente ambiental ocorrido na cidade de Dois Vizinhos e a reunião está marcada para as 16h, motivo pelo qual estamos nos deslocando durante o horário da Sessão e como o Deputado Litro não aprendeu direito a lição do Deputado Romanelli, vamos parar nos pedágios para pagar e então estamos saindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhores e senhoras, amigos telespectadores.

Ocupo esta tribuna nesta manhã para, muito feliz, registrar mais um avanço na área tecnológica, que é uma das bandeiras que defendo, que teve início nesta Casa de Leis. Recentemente, dos vários projetos apresentados por este Parlamentar, relacionados à informática, informatização, padronização de documentos, tivemos sancionada a Lei dos Padrões UDF, que já expliquei exaustivamente por várias vezes quando ocupei esta tribuna que geraram e gerarão ainda mais economia para os cofres públicos.

Mas é interessante, Srs. Deputados, que esta proposta, hoje transformada em lei pelo atual Governador, como já era de se esperar, passou a ser referência para outros estados e para outros países. Chegou ao meu

conhecimento que o estado de Massachussets, nos Estados Unidos, tiveram uma iniciativa muito, muito parecida desta padronização, com base no nosso projeto, hoje transformado em lei. Isto nos deixa muito feliz, nos deixa com a sensação de dever cumprido, por saber que o mundo caminha para esta padronização que tende a somar, a agregar uma economia que poderá ser investida, conseqüentemente, a favor dos menos assistidos.

Este o primeiro registro que fiz questão de realizar nesta manhã.

O segundo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fala sobre uma reivindicação deste Parlamentar. Nós, Parlamentares, temos como prerrogativa fazermos a destinação através de emendas ao Orçamento. E infelizmente, Sr. Presidente, o software usado por esta Casa para que se faça essas emendas, ainda é um software proprietário, é um software conhecido como Access e, infelizmente, isto força com que todos os Parlamentares sejam obrigados a ter em suas respectivas máquinas o software proprietário para esse programa específico e, conseqüentemente, poder fazer suas emendas no orçamento.

O pedido deste Parlamentar é para que se preveja, ainda neste mandato, uma outra opção para que os demais Parlamentares, entre os quais eu me incluo, Deputado Elton Welter também tem abraçado a causa, tem falado sobre software livre, até por ser uma das bandeiras do seu Governo, Governo Lula, para que tenhamos uma segunda opção.

Eu estava conversando com o departamento técnico, responsável pelo painel, e parabeno V. Exa. e toda a Mesa porque o software embora não seja um software livre, é um software proprietário, mas está adequadamente licenciado, porque caso contrário, infelizmente, esta Casa que gera leis, que produz leis, estaria indo ao arrepio da lei, estaria indo contra a lei, uma vez que muitas pessoas, devido aos altos custos do software proprietário, acabam, por questão até cultural, adquirindo software pirata e instalando em suas respectivas máquinas.

Então eu me vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como sendo tolhido de uma liberdade de decisão de escolha, justamente por não ter um segunda opção. E é isso que eu reivindico na manhã de hoje: que os Parlamentares, doravante, possam ter a decisão de escolher entre utilizar a plataforma proprietária ou a plataforma livre. É a reivindicação que eu faço e espero que a Mesa, em tempo bem presente, possa atender esse Parlamentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho hoje a esta tribuna porque ontem estive participando, no Palácio das Araucárias, do lançamento de um importante Programa referente aos APLs, onde o Governo do Estado, juntamente com a iniciativa das entidades, têm feito um grande trabalho com os APLs do Paraná.

Ontem foi lançado o Programa: Faça bons negócios com o Paraná. Esse Programa visa justamente dar um apoio aos arranjos produtivos locais que existem no Paraná e hoje já são 22 arranjos organizados em todo estado do Paraná. Inclusive na região de Paranaíba temos o arranjo produtivo local da mandioca e fécula, de Paranaíba, assim como na região de Loanda temos APL de metais sanitários. Na região de Cianorte, Deputado Jonas, o arranjo de confecções de Cianorte. Esses Arranjos Produtivos Locais têm como grande objetivo incentivar e fortalecer, principalmente as micros, as pequenas indústrias que logicamente surgem de uma iniciativa de empreendedores de cada região e que lutam com muita dificuldade.

Portanto, este programa do Governo, com certeza vai auxiliar muito na divulgação da produção desses empresários, fazer com que a economia industrial do Paraná possa melhor ser conhecida, em todo o Brasil, inclusive fora do Brasil. Porque todo esse trabalho vai ser divulgado pela TV Educativa, pela Rádio Educativa, enfim, pelos órgãos oficiais do estado.

Até para citar um bom exemplo de um Arranjo Produtivo Local, tenho aqui esse mel que é de um Arranjo Produtivo lá de Diamante do Norte, dos produtores orgânicos de Diamante do Norte. Portanto, produto de qualidade que está sendo viabilizado justamente pela união desses produtores.

Gostaria de ressaltar, Professor Luizão, da importância desse apoio do Governo, da parceria que foi feita com a FIEP, com o SEBRAE, que através dessa união vamos ter recursos para esse Programa da ordem de mais de US\$ 16 milhões. Será, com certeza, uma grande alavanca de incentivo, principalmente a esses grandes batalhadores que são esses pequenos empresários. Tenho certeza de que em todo o estado vamos estar disseminando toda essa cultura dos arranjos produtivos, fazendo com que esses empresários se organizem, que busquem o apoio dessas instituições que estão se disponibilizando para apoiar essa iniciativa. A exemplo do que acontece lá na nossa região, todos esses arranjos produtivos, através dessa organização, passam a ter uma administração mais profissional, passam a ter um planejamento, também, mais profissional.

(É cortado o som - um minuto para concluir)

E, também, tem condições inclusive de estar buscando os outros mercados, inclusive o mercado externo. Portanto, uma grande iniciativa do Governo do Estado, que vai auxiliar e muito os empresários empreendedores do nosso querido estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Ontem tivemos uma discussão não só na Comissão de Fiscalização, mas aqui no plenário da Assembleia Legislativa, com relação ao famoso pedágio, a tarifa do pedágio, o representante das concessionárias, aqui esteve o João Chiminazzo, mostrando as suas posições, mostrando números e deixando claro, novamente e publicamente, que eles, as concessionárias, estão aguardando um chamado do Poder Executivo para que possam discutir a diminuição da tarifa do pedágio. Isso é uma coisa que todos os paranaenses e brasileiros desejam, usar uma boa rodovia, com uma boa prestação de serviço, para que possa, naturalmente, com segurança, viajar e ao mesmo tempo ter a condição de pagar uma tarifa mínima. Essa é a vontade de todos.

Essa discussão aguardamos há seis anos, e foi levantada lá na campanha de 2002 pelo Governador Roberto Requião, quando ele trouxe aquela velha frase: “Ou o pedágio baixa, ou acaba, no primeiro dia do meu Governo”.

Já se passaram seis anos e o pedágio não baixou e não acabou. E, vem anualmente, contratualmente, tendo reajustes.

O que os paranaenses querem é a solução.

Ontem, acabaram trazendo à tona a Comissão Especial de Investigação, da qual fiz parte em 2007, fincada no 2º semestre. E alguns pontos essa Comissão relatou e colocou para que o Poder Executivo pudesse ter um instrumento para poder abrir as negociações com as concessionárias.

Quero ler todas as sugestões dessa Comissão Especial, para que todos aqueles que fazem parte desta Casa e aqueles que estão nos assistindo, possam saber a verdade e aquilo que foi escrito pela Comissão Especial de 11 membros, que teve 120 dias de trabalho, que ouviu representantes do Governo, das concessionárias e todos os segmentos das transportadoras e produtores.

Vou ler aqui as sugestões para deixar registrado, novamente, nesta Casa. Foram as seguintes:

- revisão da Taxa Interna de Retorno - é a taxa que as concessionárias recebem em troca dos investimentos que fizeram e também sobre a margem de lucro que elas obtêm nesses contratos de concessão;

- sugerindo ao Poder Executivo que, no momento que começar a discutir com as concessionárias a diminuição da tarifa do pedágio, que é o que todos queremos, que encontrem um preço justo para o usuário e para as concessionárias. É isso que defendemos, um preço justo;

- revisão das obras - tem obras mais prioritárias e menos prioritárias;

- vários impostos incidem sobre a tarifa do pedágio. Impostos municipais, estaduais e federais. Se queremos diminuir a tarifa do pedágio, tudo isso tem que entrar em discussão;

- revisão da localização das praças de pedágio. Para nós, é claro, é uma questão matemática. Quanto mais carro passa numa praça de pedágio, maior é o faturamento da concessionária e menor pode ser o preço da tarifa do pedágio. É uma equação matemática e contra ela ninguém tem argumentos;

- outra sugestão - que o Governo do Estado do Paraná abra negociação para diminuir o valor da tarifa e discuta o passivo judicial. As concessionárias já venceram várias ações na Justiça, buscando e reparando as suas perdas no momento que algumas atitudes aconteceram no estado do Paraná. Essas ações que as concessionárias já venceram são ações milionárias, e que futuros Governadores terão que pagar por essas ações que o Governo do Estado vem perdendo na Justiça.

Sempre gosto de frisar, temos aqui no Paraná um exemplo: a Central do Paraná, uma ferrovia que foi construída por uma empreiteira paranaense e o estado não pagou. Essa empreiteira procurou o Poder Judiciário, e no decorrer de décadas e décadas o passivo que o estado tem que pagar à essa empreiteira é mais de R\$ 3 bilhões. E o estado vai ter que pagar, está pagando, saldando os precatórios que essa empreiteira tem periodicamente. Essa briga com as empreiteiras está trazendo prejuízo para todos os paranaenses, e lá no futuro, eu que sou paranaense, o Deputado Rossoni, o Elio Rusch, enfim, todos nós teremos que, com nossos impostos, saldar essa grande dívida que está sendo criada.

Uma outra sugestão que a Comissão Especial fez, já que o Governo do Estado não quer abrir o diálogo com as concessionárias, ele que devolva essas concessões para o Governo Federal, porque quase toda a totalidade do Anel de Integração são rodovias federais; e se o Governo do Estado não consegue resolver o problema, ele que devolva essas rodovias federais para o Governo Federal e lá se abra discussão para a diminuição da tarifa do pedágio. O que precisa é o diálogo, coisa que não aconteceu.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Só para registrar, Sr. Presidente, tivemos, coisa de dois anos atrás, o Governo do Estado diminuindo a tarifa de dois lotes das concessionárias, o trecho que liga Cascavel a Foz do Iguaçu, concessionária Cataratas, e teve também o trecho que liga aqui de São Luiz do Purunã a Guarapuava, que é o trecho da concessionária Caminhos do Paraná. E o acordo lá atrás foi feito e a tarifa diminuiu. Você veja que no entendimento é possível diminuir a tarifa. Reduziu-se a tarifa em mais de 30%, só que o estado, no entendimento que fez com

as concessionárias, assumiu alguns compromissos, e as concessionárias, outros compromissos. Esse acordo foi feito, a tarifa foi reduzida. O tempo passou e infelizmente o Governo do Estado não cumpriu com a sua parte. Com isso, as concessionárias que reduziram em mais de 30% a tarifa do pedágio, procuraram o Poder Judiciário e retornaram o valor da tarifa ao preço original. Quer dizer, o Governo do Estado fez um acordo, esse acordo não foi cumprido pelo Poder Executivo, e as concessionárias que haviam reduzido o valor da tarifa acabaram buscando na Justiça o retorno do valor da tarifa original.

O pior de tudo é enquanto o Governador faz um discurso com as concessionárias na Justiça, sendo que não está tendo vantagem, não está tendo vitória em nenhuma das ações que ele tem impetrado, está fazendo com que nós, os paranaenses, venhamos a pagar uma tarifa elevada no estado do Paraná. O que nós queremos é a diminuição da tarifa, e para que isso aconteça tem que haver a negociação.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Plauto, ouvi ontem V. Exa. falando da questão do que vai ficar para pagar devido as ações, o passivo, mas V. Exa. sabe de onde começou o passivo? Onde iniciou o passivo que o Paraná vai ter que pagar não sei daqui quanto tempo? V. Exa. sabe?

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Durante toda a história do processo de pedágio no estado do Paraná, desde o momento em que foi criado, os Governos que passaram cometeram erros, as concessionárias buscaram os seus direitos na Justiça e está se formando, gradativamente, um passivo, aonde nós paranaenses vamos ter que pagar.

Com certeza, Deputado Jocelito, não vai ser o Governador Requião, serão futuros Governadores que vão ter que pagar esse prejuízo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só fiquei com essa dúvida porque V. Exa. fala tanto nesse passivo, mas esse passivo iniciou exatamente no Governo Lerner, quando o Lerner reduziu as tarifas para ganhar as eleições. Ali começou o passivo, dali em diante. Então, V. Exa. coloca bem, dizendo que começou também lá no outro Governo.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

É durante toda história das estradas pedagiadas no estado do Paraná, Deputado Jocelito Canto, mas só agora, nessa bronca entre o Requião e as concessionárias, que parece que não tem a vontade de resolver, tem sim a vontade de ficar com o discurso, porque parece que o discurso dá voto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Agora, veja V. Exa. que o Lerner era mais habilidoso. O Lerner conseguiu baixar o pedágio na véspera da campanha. Conseguiu baixar numa boa, sem briga com as concessionárias e baixou a metade. O Requião falou que ia baixar e não conseguiu. Veja como o Lerner é mais articulado e habilidoso!

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Mas veja que o Requião conseguiu para a rodovia Cataratas e lá na Caminhos do Paraná. Assumiu o compromisso, daí não cumpriu e o valor da tarifa voltou ao original.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas era bem pequenininho perto daquela de 50%, não é?

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

É, os problemas, os Governos fazem e a população paga, mas hoje queremos a redução da tarifa e depende do Governador.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, com toda certeza, nos próximos anos, nas próximas eleições, vamos ouvir a questão do pedágio. Vamos antecipar o que vai acontecer: vai ser 2010, 2014, 2018. Em 2022 vai expirar o prazo e termina a concessão dada às concessionárias que exploram o pedágio nas rodovias do nosso estado. Na verdade, é uma novela muito extensa.

Posso falar da BR-277. Além do mais, temos um Vereador de Santa Helena, um Vereador de Nova Santa Rosa que nos prestigiam na Sessão de hoje. O Governador Roberto Requião assinou um termo aditivo ao contrato, retirando todos os investimentos que estavam previstos nas rodovias pedagiadas no estado do Paraná, desobrigou as empresas a fazerem os investimentos. A duplicação da BR-277, de Cascavel, do trevo de Capitão Leônidas Marques até Medianeira, está suspensa. Se não fosse esse termo aditivo, a BR-277 estaria toda duplicada. Ela não está duplicada em consequência do termo aditivo assinado pelo Governador e o pedágio continuou aumentando o preço, voltou ao preço normal. Quer dizer, é uma velha novela.

Ouvimos sempre comentário que o pedágio deu a reeleição para o Jaime Lerner, como disse o Deputado Jocelito, mas deu as duas eleições para o Requião e, com toda certeza, essa vai ser a bandeira de outros candidatos a Governador nas próximas eleições. O Álvaro Dias falou a verdade: na última eleição de 2006 perdeu a eleição, quem mentiu ganhou.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Para concluir, Sr. Presidente, quero deixar registrado que tudo aquilo que a CEI escreveu, está registrado,

está nos Anais da Casa, escreveu em cima daquilo que ouviu das pessoas que lá foram depor. O principal, o item nº 01 é a revisão da Taxa Interna de Retorno, que o representante das concessionárias, que aqui esteve, disse que estão abertos para discutir essa taxa de retorno, pois no período que as concessões foram implantadas no Paraná, o risco Brasil era 1.800 pontos, Sr. Presidente, e hoje está um pouco mais de 150 pontos.

Houve uma mudança na macroeconomia brasileira. Os recursos captados nos bancos pelas concessionárias, pela iniciativa privada, diminuíram. É um dinheiro muito mais barato e as concessionárias, hoje, estão prontas, de acordo com o que falou naquela Comissão o Sr. Chiminazzo, para discutir essa Taxa Interna de Retorno.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero registrar, a pedido do Deputado Augustinho Zucchi, a presença dos Vereadores de Santa Helena: Dona Luíza Cordélia Soalheiro; Valdir Osório; Nelson de Moura; João Pedro Noal; Aldemir Guerino e Auri Peti, Vereadores de Santa Helena. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Elton, Deputada Rosane.

A minha base eleitoral é Londrina. Foi em Londrina que, há 40 anos, o povo me elegeu pela primeira vez Vereador, juntamente com o meu colega de Câmara de Vereadores, Álvaro Dias.

Londrina já viveu grandes momentos na sua história, como o ciclo do café. Londrina é uma cidade conhecida em vários países, uma cidade imponente, uma cidade que tem projeção nacional. Da minha cidade já saíram alguns homens da Câmara de Vereadores para o cargo de Senador, como Nelson Maculan, que quase ganha a eleição do Governador Ney Braga; como Hosken de Novaes, que foi Prefeito de Londrina e ficou titular como Governador; como a Emília Belinati, Vice-Governadora; como Álvaro Dias que foi Vereador, Deputado, Senador e Governador do Estado; como José Richa, que eu sucedi no cargo de Prefeito, foi Prefeito daquela cidade e Governador do Paraná; como o Vereador Amauri de Oliveira e Silva, que se tornou um homem forte do Governo de João Goulart.

Por muitos anos, Londrina foi altamente prestigiada pelo Governo do Paraná e pelo Governo da República, mas ultimamente não sei se tem alguém com bronca de Londrina e alguém que está com a caneta cheia, pois com a caneta vazia não poderia fazer nada, mas a verdade é que estamos vivendo o pior momento da história de Londrina. Não é nenhuma crítica ao atual Pre-

feito, que nem será candidato à reeleição, porque está terminando o seu 2º mandato, mas vejo o carnaval que se faz na imprensa com a liberação de polpudas verbas do Governo Federal para cidades brasileiras, sejam elas do Paraná ou de outras regiões do país.

Alguém poderá dizer: mas é uma ciúmeira! Não é uma ciúmeira, estou aqui como ex-Prefeito, três vezes eleito pelo povo e, agora, liderando todas as pesquisas para eleição de Prefeito deste ano.

Estamos aqui em nome dos londrinenses para pedir, por caridade, pelo amor de Deus, que as autoridades se lembrem que tem uma cidade de meio milhão de habitantes, que é Londrina, e que está completamente marginalizada. Faz sete anos que não se implanta uma grande indústria em Londrina, faz muitos anos que não vejo uma autoridade chegar a Londrina para liberar uma verba suficiente para edificar uma grande obra, seja um hospital, seja uma outra obra de caráter social.

Não sei, Presidente, a quem cabe a culpa, se é de uma ou de mais autoridades, se de um ou de mais políticos, mas Londrina pede socorro, a cidade está caída, está para baixo, está com cara de quarta-feira de cinzas. Presidente, uma cidade que já deu tanta contribuição e tem dado tanta contribuição ao nosso país, merece respeito das nossas autoridades. Que elas se lembrem de Londrina não apenas no momento de serem recebidas com banda de música no aeroporto e catar voto do povo, os paraquedistas das eleições que desembarcam em clima de festa na cidade, pegando as criancinhas no colo, beijando as criancinhas, catando o voto do povo, vão embora e aparecem depois de quatro anos.

O que Londrina exige é o direito de receber as verbas, que hoje não estão chegando, para fazer com que a cidade retome o seu desenvolvimento. Está aqui a Folha de São Paulo, dinheiro o Governo tem, acho que não sabe onde guardar tanto dinheiro, o Presidente Lula. Manchete da Folha de São Paulo: “Sem CPMF, a arrecadação sobe 9 bilhões e 600 milhões”. Nunca houve na história do Brasil um Governo que arrecadasse tanto como o atual Governo. Um facão colocado na garganta do povo brasileiro e do empresariado. O povo está pagando imposto até de medo da Receita Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal e por aí fora.

O Governo, graças a Deus, vai bem. O Brasil vive um grande momento, como o planeta Terra. Não é só o Brasil, a Bolívia, o Equador e o Paraguai estão bem. Não é um privilégio de dizer que só no Brasil está sendo operado um milagre. O Brasil está compartilhando esse momento auspicioso de prosperidade, que todo o planeta Terra está vivendo. Se há dinheiro nos cofres brasileiros, se a arrecadação está aumentando e mais do que nunca, agora está aprovado que não havia necessidade da CPMF. A Saúde Pública continua um caos, continua faltando hospital, não tem remédio suficiente para a população mais carente, não tem um atendimento de emergência, que a camada da população mais pobre necessita. Gente amanhecendo, chegando meia-noite, 11h e entra na fila

madrugada adentro na expectativa, rezando e orando, fazendo promessa para Deus ajudar, para conseguir uma consulta. Mesmo com a CPMF, a Saúde Pública brasileira melhorou pouca coisa. Foi embora essa CPMF. Lamentavelmente, de maneira inteligente, acabou a CPMF por uma porta e está cobrando de outra.

A nossa discussão é um socorro para Londrina e para as demais cidades do Paraná que não estão sendo contempladas e aquinhoadas com as verbas, que são merecedoras, Sr. Presidente e nobres Pares.

Por último, termino o meu pronunciamento falando do ex-Governador Jaime Lerner. A última vez que conversei com o Jaime Lerner, apertei a sua mão faz oito anos, no Pré-Olímpico de Londrina. Será que não está na hora de darmos um “baixa” no Jaime Lerner? Todo dia, aqui: “É culpa do Jaime Lerner. É culpa do Jaime Lerner.” Daqui a pouco só falta chegar e começar a esculhambar o Pedro Álvares Cabral, que ele foi irresponsável quando descobriu o Brasil e não fez os hospitais. Por que não foram feitas as escolas, as creches, os metrô. Porque está a abrigo, o Fernando Henrique dizendo que o Lula está cuspiendo no prato que comeu. Queremos paz em todo os níveis. Volto a frisar bem que não tenho nenhuma convivência pessoal, nem partidária e nem política com o Jaime Lerner. Com o mesmo refrão que o marketing do Lula implantou no Brasil: “Deixem o homem trabalhar.”

Vamos cuidar dos problemas do Paraná de agora: de falta de vagas que não têm. Começaram as aulas e estão faltando professores e salas de aula, os hospitais que não temos; do emprego que ainda é necessário...

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Meu Deus do céu! Não sei, se for feito um levantamento, a impressão que dá é que estão matando mais gente aqui no Paraná do que no Iraque!

Então, Presidente, defendo, meu respeito aos Srs. Deputados, aqui é uma Casa democrática, cada um pode falar o que quiser, mas Presidente, todo dia aqui é Jaime Lerner e com isso vamos passando o apagador e vamos esquecendo dos atuais problemas do nosso estado.

Deputado Romanelli, V. Exa. foi Deputado no tempo do Jaime Lerner, eu não fui.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Denunciei a corrupção do Governo Jaime Lerner aqui nesta Casa, Exa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Esta aí o Presidente para o Conselho de Ética tomar uma providência, porque a coisa é séria.

Então, Presidente, estou dizendo que alguém pode dizer: “O Belinati é aliado do Jaime Lerner”. Não sou aliado, faz oito ano que não converso com o homem!

Mas, o Paraná está nos cobrando o debate dos problemas atuais. Se o Jaime Lerner teve mérito, teve falha,

no que vai engrandecer o Paraná ficarmos falando aqui? Já vai para seis anos que ele deixou o cargo de Governador. Vamos discutir, buscar soluções para os problemas que hoje amarguram, afligem e preocupam os quase 10 milhões de paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A pedido do Deputado Elton Welter, esta presidência anuncia a presença do Prefeito Marcos Vilas Boas Pescador, de Vera Cruz do Oeste. Seja bem-vindo a nossa Casa.

Grande Expediente:

Passa ao Grande Expediente. Com a palavra, por 15 minutos, Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos visitantes.

Mais uma vez subimos à tribuna para falar sobre a ação da Comissão de Fiscalização. Muito já foi dito. Ontem realizamos uma Audiência com a presença do representante designado das concessionárias. Infelizmente, a presença que fora solicitada de um representante para cada concessionária não se concretizou. Todas designaram o mesmo representante e coincidentemente o Dr. João Chiminazzo que é o Presidente da Associação das Concessionárias.

No entanto, algumas discussões foram travadas, perguntas foram realizadas, algumas respostas nos devem ser encaminhadas num prazo máximo de uma semana, a partir de ontem. E a Comissão poderá avaliar essas respostas e documentações posteriormente.

Agora, o processo que fica claro é o seguinte: reafirmou-se o compromisso e o desejo de um possível entendimento de sentar à Mesa. Isso é bom, é importante. O Governo demonstrou sobremaneira também esse desejo ao encaminhar para acompanhar essa Audiência o Secretário de Transportes Rogério Tizzot e o Dr. Marés, Procurador Geral do Estado, acompanhando toda a Audiência, todo o tempo. Pois bem, existem umas possíveis sugestões, como o Deputado Plauto bem colocou. No entanto, algumas delas não atenderiam o interesse maior que seria da efetiva redução. A postergação do contrato, isso é embromação, isso é a redução, afinal de contas, estaríamos maquiando o processo. A ampliação de postos de pedágio da mesma forma. Isso é maquiagem. A redução de impostos, é verdade o modelo de concessão federal que isentou as concessionárias do tributo. Extinguir os tributos cobrados em nível de estado hoje, ou de município, ou federais, é uma alternativa, mas não é redução de pedágio. As concessionárias, até agora, em todas estas propostas, não entraram com nada.

Portanto, é necessário que fique claro que todas estas propostas são importantes, são viáveis, mas não são a redução efetiva do pedágio. Reduzir significa diminuir, de fato, a parcela que compete no percentual da lucratividade das concessionárias. Isto é a diminuição efetiva. Diminuir somente aquilo que lhe deduzem de cobranças, impostos, aumentar o prazo do contrato, eliminar obras obrigatórias, Deputado Praczyk, aí não existe redução.

Mas a reunião, Presidente Nelson Justus, foi muito boa, ficamos satisfeitos com a demonstração, uma vez que existia uma procuração de desejo de conversar. A Comissão estará dando um prazo de 30 a 40 dias para analisarmos a evolução do processo. Imaginamos que este prazo será suficiente para as concessionárias e a Secretaria dos Transportes sentarem e conversar. Se posteriormente a este prazo não houver evolução nas tratativas, a Comissão convidará novamente uma única concessionária e a Secretaria dos Transportes para discutir o seu contrato. Posteriormente a outra, com a Secretaria.

E faremos isto gradativamente, separadamente com cada concessionária, a fim de que possamos discutir cada um dos contratos, separadamente, com as características contratuais e geográficas existentes, a fim de que possamos chegar a um resultado objetivo: há ou não há possibilidade de redução? Há ou não há interesse? É só factóide, é só discurso? De que lado é este discurso? Falar que existe interesse é muito fácil. Demonstrar o real interesse é o que queremos ver se existe, tanto da parte do Governo que nos designou esta função de mediação neste processo, como da parte das concessionárias.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizar novamente V. Exa. porque tem tido firmeza, coerência e tem coragem para enfrentar essas empresas poderosas que controlam o pedágio. São todas empreiteiras muito fortes, de grupos econômicos que têm grandes enraizamentos. Ouvi hoje o seu pronunciamento e já tinha ouvido o de ontem, e ouvi também aqui o Deputado Plauto Miró que tem sido um porta-voz da Comissão Especial que investigou as irregularidades do contrato. E como porta-voz ele tem expressado alguns pontos de vista que também foram manifestados pelo - mais uma vez aqui respeitando pessoalmente, mas do porta-desaforo, desaforo no sentido de que só traz má notícia - o João Chiminazzo, que representou as empresas de pedágio na conversa de ontem na Comissão de Fiscalização.

Mas o que quero, na verdade, chamar a atenção, Deputado Artagão, é que ontem, além dos Deputados, estava presente o Secretário dos Transportes, Rogério Tizzot, e o Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés, o que demonstra o respeito que o Executivo tem em relação a esta Casa e, especialmente, claro, à Comissão que V. Exa. preside. E sentaram-se e ficaram ouvindo as explicações e os posicionamentos feitos pelo representante das concessionárias. E lamentavelmente o que

tenho que depreender, e foi esta a impressão e salvo que eu esteja enganado, eles não querem negociar, eles não pensam em reduzir o valor da tarifa. Ao contrário, eles apresentam, inclusive, um chamado passivo como se tivesse o estado, para eles, R\$ 180 milhões que, aliás, eles vão cobrar do Jaime Lerner sim. Desculpe aqui quem se ofende quando se fala no Jaime Lerner, porque quem deixou o passivo foram os 18 meses de não cobrança de pedágio que ele fez para poder ganhar as eleições em 1998. Claro, viu que o pedágio era muito alto e baixou a tarifa, e depois ficou com o “pepino”, teve que ir à Justiça e daí deu ao pedágio muito mais, desobrigando, desonerando as concessionárias.

Por isto, Deputado Artagão, sei que temos um caminho longo pela frente, mas também não tenho dúvida que é necessário, sim, adequar a realidade e reconhecendo o fluxo de caixa, eles já arrecadaram, trazendo para o valor presente, 5 bilhões e 600 milhões, as rodovias valem R\$ 2 bilhões e 500 milhões, então vejam bem quanto já arrecadaram!

Eles têm que executar as obras, a duplicação de Maringá a Campo Mourão tem que ser feita, eles estão com o dinheiro na mão, já arrecadaram do povo do Paraná este dinheiro. Na verdade, eles têm que antecipar obras que estão postergadas, têm que realizar a obra de Ponta Grossa, o contorno de Londrina, são obras importantíssimas que têm, de fato, que ser executadas.

Por isso, quero dizer a V. Exa, que tem muito caminho pela frente, muito chão pela frente, mas o caminho é esse, da transparência, é a única forma que temos para mudar essa realidade injusta e reduzir, de forma significativa, o valor da tarifa do pedágio do Paraná que está sangrando a economia do estado do Paraná.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Só quero reafirmar, Sr. Presidente, conforme vossa orientação, todas as reuniões da Comissão de Fiscalização que tratarão desse assunto serão abertas, com transmissão pela TV SINAL, com transmissão por qualquer outro veículo de comunicação que tenha interesse, porque o nosso processo, a nossa responsabilidade é de mediar, de fazer com que as coisas aconteçam, seja do ponto de vista da Secretaria dos Transportes do Governo do Estado, seja do ponto de vista das concessionárias.

Temos que fazê-los sentar, conversar e principalmente fazer com que o resultado final da redução aconteça.

Com aparte o Deputado Jocelito, na sequência Pastor Edson Praczyk.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Artagão, queria cumprimentar V. Exa. V. Exa. vai muito bem no comando da Comissão de Fiscalização e essa primeira reunião já começa a render os frutos.

Não sei se vai baixar o pedágio e vou ficar com aquele pensamento do Durval Amaral que foi muito feliz. Ele disse que o pedágio só vai baixar se o Governo Federal diminuir os impostos, aí poderemos ter uma chance de baixar o pedágio.

Como os contratos são tão bem feitos e quem já foi Prefeito sabe disso, quando você assume uma cidade você encontra lá os contratos que não pode mexer. Agora mesmo Ponta Grossa está assinando um contrato de lixo de 16 anos. Os próximos quatro Prefeitos não vão poder mexer. O ônibus é assim, e assim por diante.

Agora, o contrato das concessionárias foi muito bem feito. Estou só aguardando V. Exa. me ceder a fita da reunião, as notas taquigráficas, que eu vou pessoalmente ao Ministério Público. Quero ir, nunca fui ao Ministério Público para levar uma denúncia, agora eu vou. Vou levar a denúncia do Deputado Romanelli. Pena que a imprensa não tenha dado um pio sobre isso, hoje. A imprensa não falou nada disso, hoje, ninguém tocou no assunto, é aquele caso do Cécilio Almeida que deu um chute, um tapa na mesa e disse que ele ia ficar com o pedágio e ficou. Vou levar pessoalmente isso ao Ministério Público.

Mas fiquei feliz, Deputado Artagão, de ver aqui o Deputado Elio Rusch dizer: “Olha, o Requião usou o pedágio, mas o Lerner também usou para ganhar as eleições.” E o passivo, dito pelo Deputado Plauto aqui, está gravado: “O passivo das dívidas do pedágio começou naquela redução da tarifa do Governador Lerner.”

Obrigado, Deputado Artagão.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Deputado Artagão, obrigado pelo aparte. Serei muito breve. Quero parabenizá-lo, me somar a essa causa que concordo em gênero, número e grau com tudo que V. Exa. disse.

Questiono V. Exa., de repente com auxílio da Mesa. V. Exa. fez parte da CEI do Pedágio, não me recordo da apresentação do relatório na Sessão e eu tenho 99,999 dízimas periódicas de frequência. Gostaria que me informasse quando foi apresentado esse relatório em Plenário e se não foi apresentado, quando será?

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Deputado Praczyk, o Relator da CEI foi o Deputado Plauto Miró, com a presidência do Deputado Fábio Camargo. O Deputado Plauto subiu a tribuna, não me recordo agora o dia, e fez uma rápida explanação sobre todos esses pontos que hoje ele, mais uma vez reafirmou, muito embora naquela oportunidade de forma talvez muito mais completa do que hoje.

Acredito que V. Exa. poderia solicitar uma cópia desse relatório, que naturalmente o Deputado Plauto, ou a Casa poderá encaminhar a V. Exa. Mas é importante destacar, Deputado Pastor Edson, que a Comissão Especial tratava de um assunto de eventuais irregularidades, de eventuais abusos das tarifas e aquele era o foco da Comissão Especial. A Comissão de Fiscalização trabalha

em outro sentido hoje: na busca de mediar um entendimento que alcance o resultado final que todos desejamos, que é redução da tarifa.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Ontem, estive presente nessa reunião, e de fato, Sr. Presidente, este Poder está com o poder de imediação. Acredito muito que nós, pela Comissão de Fiscalização, com a articulação das forças políticas desta Casa, podemos buscar uma solução. Senti isso por parte de todos os membros da Comissão, que estão lá todos os partidos. Senti isso por parte do representante das concessionárias.

Agora, parece-me, do jeito que foi feita a explanação, a impressão que dá é como se fosse um jogo de truco. Parece-me que já fizeram a primeira e estão com o gato na mão. Temos que achar em que momento poderemos encurralá-los, porque nesse jogo, pelo jeito, o estado só perde. Temos que achar um mecanismo jurídico ou técnico para que consigamos baixar as tarifas.

A região oeste do Paraná, Sr. Deputado Presidente da Comissão, está esperando a duplicação de Cascavel a Medianeira, que estava no contrato, sim. Então é um desejo, sim, de todo o oeste do Paraná a duplicação de Cascavel a Medianeira.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Obrigado Deputado Elton.

Sr. Presidente, pobre é aquele que só sonha enquanto dorme. Temos a obrigação de sonhar e de correr atrás dos nossos sonhos. Como Parlamentares, representando todo esse povo, temos essa obrigação e essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Apenas esclarecendo a questão de ordem do Deputado Pastor Edson, que realmente já tivemos uma CPI do Pedágio, aqui nesta Casa, presidida pelo então Deputado André Vargas, que também apresentou o seu relatório. Posteriormente tivemos uma CEI, presidida pelo Deputado Fábio Camargo, que teve na relatoria o Deputado Plauto Miró, que também apresentou o seu relatório, e os Anais da Casa podem ceder a V. Exa. uma cópia desse relatório.

Agora sim, não se trata nem de uma Comissão Especial, nem de uma CPI, a Comissão de Fiscalização da Casa, brilhantemente presidida pelo Deputado Artagão, procura de certa forma, via Assembléia Legislativa, criar mecanismos para uma mediação da redução das tarifas. Essa é a questão, correto.

Pela ordem, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Esse tema que V. Exa. falou da CEI, me lembro quando o Deputado Plauto apresentou aqui o resultado, ele não leu, apenas fez um relato, uns tópicos. Não apresentou, tanto é que pedi uma cópia a ele, ele

disse que estaria com a presidência e eu acabei depois não conseguindo esse documento, que era o relatório oficial dele.

Pergunto a V. Exa. Essa CEI não deveria ser aprovada em Plenário, pelo conteúdo? Depende de deliberação do Plenário, não depende?

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não absolutamente, não.

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi, por 10 minutos.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Presidente Nelson Justus, caros colegas Deputados.

Vou acompanhar um pouquinho o tema que me antecedeu aqui o Deputado Artagão. Acho que a sua boa vontade, o seu trabalho, a sua dedicação, são válidos aqui na Comissão de Fiscalização. Acho que está muito ativa na nossa Casa, mas vejamos, CPI a Assembléia já fez, Comissão Especial de Investigação já fez, já autorizou o Governador a encampar o pedágio, já apoiou todas as ações que foram propostas pelo Poder Executivo para resolver a questão do pedágio.

E daí? E daí que temos pouco a fazer com relação a essa questão do pedágio, a não ser, Deputado Romanelli, através da nossa força de discussão, que é a nossa força maior, mobilizamos a sociedade para discutir esse tema. Porque veja bem Deputado Plauto, do que adianta fazer um acordo para baixar a tarifa? Me permita a expressão: É uma sacanagem com a população, por que Deputada Rosane? Porque veja bem, o contrato foi feito para 20, 25 anos. Já pagamos mais da metade das obras, e para fazer um acordo certamente vai ter que abrir mão de obras. Mas, temos essa autorização da população para daí abrir mão das obras que a população já pagou mais da metade delas? Será que temos essa autorização?

Então, depois dessa licitação que teve aí, dessa concorrência pública que uma empresa espanhola acabou ganhando por um preço muito menor, cabe uma reflexão no país com relação a essa questão do pedágio. Agora, que é algo que avilta a nossa população é, é algo que nos deixa indignado muitas vezes. Deputado Artagão, V. Exa. deve prosseguir, mas não vamos falar aqui mais em fazer um relatório disso, daquilo, acho que a Comissão de Fiscalização deve permear o sentimento das lideranças do Paraná e poder avançar na discussão desse tema.

Sr. Presidente, apenas ocupo este horário para fazer aqui um comentário. Há poucos dias atrás V. Exa. teve uma participação decisiva, junto com o Deputado Alexandre Curi, num comunicado que nos fez o Senador Osmar Dias, de que naquele momento o Senado estava votando uma resolução perdendo uma dívida do estado

de Rondônia. Pois bem, temos uma multa imposta pelo Tesouro Nacional com relação aos famosos títulos podres e que isso importa em mais de 5 milhões por mês, além de um passivo de muitos milhões e de colocar o estado do Paraná como inadimplente.

Bom, afora qualquer divergência política que pudesse ter o Senador Osmar Dias, foi ele o lutador para que o Senado aprovasse aquela resolução, algo aliás reconhecido pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli. Agora o Tesouro Nacional não tomou conhecimento dessa resolução e ontem - o Senador Osmar Dias está trabalhando para uma outra medida no Senado que possa, aí sim, ter a efetividade que o Tesouro Nacional precisa para resolver de vez essa questão da multa do Paraná.

Uma outra situação que fiz aqui, um elogio inclusive ao Ministro da Agricultura, Deputado Nelson Justus, quero apenas comunicar e, ao saudar os Vereadores de Santa Helena que aqui estão, quero fazer uma menção ao meu companheiro, meu amigo João Doal, agricultor de primeira linha daquele município, para dizer o seguinte: que a nossa preocupação, aquilo que acontece toda vez que o Brasil tem uma boa safra, com bons preços, nós diminuimos a nossa lucratividade, por quê? Porque aumenta sobremaneira o preço dos fertilizantes, é uma coisa estrondosa isso, não sei como funciona, porque basta ter uma boa safra e daqui a pouco pagamos o adubo, o calcário - e nós somos um grande produtor no mundo - também somos um grande consumidor desses fertilizantes, e tem o oligopólio que controla esses preços.

Então, me comunicava agora há pouco com o Senador Osmar Dias, vamos ter uma reunião quarta-feira na Confederação Nacional da Agricultura para discutir esse assunto. E eu dizia que tomara que o Ministério da Agricultura tenha uma atitude como teve na época o Serra, de criar o genérico, de criar uma alternativa de fazer com que o agricultor não fique dependente desse monopólio que atrasa o nosso Brasil, que diminui a rentabilidade dos nossos agricultores, que auxilia o êxodo rural e deixa a nossa agricultura sempre naquela dependência externa.

Quero torcer que esse seja o assunto da pauta da agricultura nacional. Solução para um dos problemas mais graves da produção brasileira, que é a dependência do pacote, criado nesse país há muito tempo, e que o agricultor fica a mercê da própria sorte.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento e me colocar à disposição de V. Exa.

Esta Casa está com o relatório pronto do Deputado Cleiton Kielse, que presidia a Comissão que fazia a verificação de preço de fertilizantes, insumos. Está na iminência de ser lido no plenário.

V. Exa. deveria levar esse relatório para essa reunião. Esse relatório aponta o abuso que existe no sistema

de fertilizantes. E também para que se dê celeridade na produção de genéricos na área de fertilizantes.

V. Exa. está de parabéns! E há uma unanimidade nesta Casa, até porque a Comissão foi votada e aprovada e o relatório será lido na semana que vem pelo Deputado Cleiton Kielse.

Para V. Exa. ter uma idéia, o adubo está mais de R\$ 60 a saca. Antes de subir o preço da soja estava R\$ 40 reais. Subiu 50%. É um absurdo.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço e acato a sugestão de V. Exa., incorporo o seu relatório na nossa missão, que é de apoiar a nossa agricultura brasileira na busca de uma alternativa de solução.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cidadãos do Paraná e Srs. da imprensa.

Fico bem à vontade para falar de pedágio, para falar do ex-Governador Jaime Lerner, porque naquela época, nem imaginava que um dia iria me tornar Deputado. E, na época, votei no agora Governador Roberto Requião. Acreditava. E agora estou na base da Oposição.

Precisamos passar para os paranaenses o quanto o contribuinte paga de imposto e de seguro na hora que passar pelas praças de pedágio no estado do Paraná.

O problema é sério, mas o diálogo é imprescindível.

Gostaria de agradecer o Deputado do PTB pela deferência no começo desta Sessão.

Realmente, encaminhamos à Polícia Federal, estou aqui com o documento da Comissão de Obras. Encaminhamos ao Dr. Deuci Carlos Teixeira - Superintendente da Polícia. Conversei com ele pessoalmente. A Polícia Federal expediu documento autorizando a empresa Gol a passar todos os detalhes a respeito das viagens do Secretário Airton Pissetti.

Eu não iria tocar neste assunto, Deputado Romanelli, Srs. Deputados aqui da Assembléia Legislativa, porque falei que seria o meu último pronunciamento da semana passada. Não vou mais tocar neste assunto, porque acho que já deu o que tinha que dar. O Secretário caiu ao falar o que realmente é a verdade. O Secretário pediu férias, mas acredito que não volta mais, depois de todo esse escândalo que se debateu em relação à Secretaria da Comunicação, tendo repercussão, inclusive, nacional. O Presidente da Gol, que é o Sr. Constantino de Oliveira Júnior, estará encaminhando as informações, um documento oficial ainda no dia de hoje. Mas tenho a

informação de que o Secretário ficou quase um mês fora do Brasil e viajou pela empresa Gol. Também solicitei à Polícia Federal quem pagou as passagens.

Um outro assunto que gostaria de abordar rapidamente - não costumo utilizar os meus 10 minutos - é a respeito dos problemas das UTIs, da Saúde. Não só da região dos campos gerais, mas de todo o estado do Paraná. Mais uma vez, gostaria de deixar bem claro que não é uma crítica. As minhas críticas foram constantes e diárias no ano passado, com relação ao antigo Secretário.

Esse Secretário, Dr. Martin, está muito nervoso com a situação e está empenhado para tentar resolvê-la, no caso que foi citado aqui na Assembleia, temos um problema sério e gravíssimo, porque ela não foi internada ainda.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Para lhe informar que neste momento ela está sendo transferida. Acabei de receber o recado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

É uma notícia muito importante. Ela ficou durante dois ou três dias aguardando vaga. Tentamos de todas as maneiras não só em Ponta Grossa.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Marcelo, permite-me mais uma vez?

(Assentimento)

O hospital onde ela estava não comunicou à Regional de Saúde. Pediu ontem a vaga, às 11h03, a partir do momento em que um assessor nosso foi provocado pela própria Tatiane, que ligou para ele. Ele ligou para a Ângela e para o atual. Alguém da Regional foi até o hospital e pediram a vaga, às 11h03 a vaga foi conseguida agora e ela está sendo transferida neste momento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Recebi a ligação da Dra. Aníia, que está cuidando desse caso. Há dois dias estamos tentando. Agradeço o empenho de V. Exa. em nos ajudar a conseguir esse leito. Aí, sim, o senhor pôde notar que ainda continuamos com problema de UTIs e com problemas sérios de leitos. Tanto é que neste momento estamos com um paciente precisando de um leito de emergência, na cidade de Ponta Grossa, que precisa fazer uma cirurgia de emergência no intestino. Não falo somente pela cidade de Ponta Grossa, porque vasculhamos todo o estado do Paraná e fui eleito e recebi mais de 150 municípios.

Portanto, falo pelo estado do Paraná. Estamos passando por dificuldades. Sei que o Secretário está empenhado, tem boa intenção, porque é técnico, é um doutor e está empenhado e cobrando do Sr. Governador mais investimentos na saúde.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Rangel, permite-me um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. sabe, porque é uma pessoa que estuda os números, como iniciamos em 2003. O número de leitos de UTI no Paraná, mais que duplicou e vamos quase que quadruplicar até o término deste Governo. V. Exa. há de reconhecer que nós pegamos na área da Saúde uma herança difícilíssima de ser administrada. Se não fosse, de fato, essa grande parceria com os hospitais filantrópicos, não teríamos condições de enfrentar esse problema.

Agora, entendo que um estado do tamanho do nosso, que tem 10 milhões e 200 mil habitantes, certamente, basta ver, V. Exa. já deve ter ido a uma UTI. Fiz essa pergunta porque quem conhece uma UTI sabe que o paciente que está lá dentro, normalmente está numa situação extremamente precária. E alguns ficam cronicamente dentro de uma UTI. Na verdade, é aquele momento em que a vida está em absoluto perigo.

Digo isso porque, de fato, os atendimento que temos feito na área da Saúde, eles têm que priorizar o atendimento básico, trabalhar muito para poder fortalecer o sistema da realização das cirurgias eletivas. Claro que a UTI é um problema, mas temos que investir na área da Saúde naquilo que é essencial, atender o conjunto da população. Claro que não podemos admitir que uma pessoa possa ficar sem ter acesso a UTI, especialmente quem é atendido pelo SUS, porque quem tem dinheiro, tem plano de saúde, tem acesso aos hospitais privados e mesmo os que são filantrópicos também atendem.

Temos de reconhecer que a situação, hoje, ainda está longe de ser o ideal, mas melhorou muito inclusive na nossa querida cidade de Ponta Grossa e nos campos gerais.

O desafio que temos, claro que é muito grande, mas entendo que pontualmente temos conseguido melhorar muito e certamente o seu pronunciamento pode ajudar a melhorar. Agora, temos de evitar fulanizar isso porque senão acabamos deixando de fazer...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O que o senhor quis dizer com fulanizar?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Fulanizar, entendo que quando à tribuna, como V. Exa. faz, relata o caso de uma pessoa e entendo que esses casos têm que ser tratados como prioritários por quem é competente para isso. Quem é competente para isso? No caso é a Regional de Ponta Grossa que tem que encontrar, pela Central de Leitos de UTI, uma solução para esse paciente, quando um hospital pediu um leito de UTI. Claro que V. Exa. como Parlamentar tem direito de ir à tribuna falar e expressar aquilo que pensa. Mas, entendo que fulanizar isso e não tratar da Saúde Pública de uma forma mais ampla, seguramente....

(Interrompido)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só um minuto para concluir. Deputado Romanelli não fulanizamos nada. Pelo contrário. Buscamos leitos de emergência de UTI em todo o estado do Paraná, em todos os hospitais e não tinha. Na verdade, não estamos falando de um caso isolado. Qualquer pessoa, hoje, no estado do Paraná, que precise de um leito, infelizmente vai ficar na lista de espera.

Era somente isso que eu gostaria de falar hoje na tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PTB/PR.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, nesta linha do Deputado Marcelo Rangel, esse caso dessa menina, é uma amiga nossa. Vejo hoje a imprensa, Sr. Presidente, questionando dos cargos aqui da Assembléia e vou lhe dar mais uma boa notícia: a imprensa questiona onde estão os nossos assessores e vi V. Exa. falando sobre os assessores que não estão aqui, mas que estão nas bases. E esse caso dessa menina é um exemplo que o assessor salva vidas. O nosso assessor Paulo Balancin, que trabalha comigo em Ponta Grossa e mais necessariamente fica em Ponta Grossa, é o cara encarregado de atender os pedidos do nosso povo. Eu não falto às Sessões, mas ele está todos os dias lá, não só ele, porque o senhor disse muito bem à imprensa que a nossa base de atendimento, de um Deputado, tem que ser de atender a população, porque quando não atende vemos as reclamações. Vemos o Deputado Marcelo Rangel reclamar da Saúde, importante reclamar, é importante ajudar, mas é importante que possamos ter os nossos assessores ajudando, trabalhando, resolvendo problemas.

Aqui está um exemplo e quero, neste momento, que a imprensa saiba disso: esse caso dessa menina que entrou sábado, a zero hora de sábado no Hospital Evangélico, com a bolsa rompida, seis meses de gravidez, o hospital foi levando, mas não comunicou à Regional de Saúde. Foi comunicar ontem, a partir de um assessor desta Casa, ter ido até a Regional: “Olha, a moça ligou de lá e disse que não está bem” - isto dentro do hospital. A partir daí a Regional foi lá, deu entrada à menina, por volta de 11h e neste momento ela está sendo transferida, está indo para a Santa Casa - trabalho da assessoria parlamentar desta Casa - e que alguns querem falar mal de pessoas que nos defendem e trabalham lá para defender os interesses, não do Deputado, mas do povo do Paraná.

Então, é muito fácil falar de assessor, mas tem muito assessor que, muitas vezes, quando alguns estão dormindo, eles estão trabalhando.

Então, tem que se fazer este registro e este fato aqui é um momento importante para registrar que os

nossos assessores estão lá no interior, atendendo o novo povo quando precisa. Esta caso é um caso típico de competência de alguém da nossa equipe e assessor desta Casa.

Sr. Presidente, a Saúde, claro, sempre vai ter problema. A primeira reclamação que eu fiz sobre UTI foi lá em Tibagi - isto foi em 2002, eu não era nem Deputado e a universidade fez um estudo e levantou que faltavam leitos em Ponta Grossa. A partir dali começou um amplo debate e começou se conseguir as UTIs que hoje - claro que de vez em quando não são suficientes, tem dias que precisa de 20 leitos de UTI, mas tem dias que sobra, isto é uma coisa que ocorre - tem dias que falta, tem dias que sobra. Tem dias que tem gente de Londrina em Ponta Grossa. Tem gente de Ponta Grossa em Londrina, porque os leitos são em todo o Paraná. Vamos continuar lutando por isto? Vamos! Acho que as UTIs, tem que continuar trabalhando por elas e acho que o Deputado Romanelli tem razão: a Regional tem que cuidar disto. E hoje, Deputado Alexandre Curi, o Dr. Adroaldo está fazendo um grande trabalho, atende todo mundo, atende os interesses da Regional e acho que não precisa mais falar deste assunto.

Queria pedir autorização para o senhor, Presidente, não sei se posso, e vou pedir ao senhor que é o Presidente desta Casa, eu pedi ao Deputado Marcelo Rangel que revelasse os dias que a Polícia Federal havia fornecido a ele das viagens do Pissetti, oficialmente, ao Paraguai, até porque a imprensa tem me cobrado isto. E eu não quero passar por mentiroso, porque não preciso.

Então, o Deputado Marcelo Rangel anunciou que traria - agora ele acaba de anunciar que não tem os documentos ainda, que vai receber no dia de hoje. Eu não sei se V. Exa. me permite, eu não sei se legalmente posso fazer, quero consultar V. Exa. tenho um documento aqui que eu gostaria de apresentar para provar ao Bispo Lugo, o amigo do Requião, que ele é mentiroso, o Lugo, que o Lugo não sabe o que está fazendo. Ele diz aqui no jornal, hoje, que não recebeu nenhum guarani, nenhum centavo do Requião. Não é verdade, - ele recebeu recursos do Requião, sim. O Pissetti trabalhou, Deputado Rossoni, 30 dias no Paraguai. Quem pagou o salário dele? Quem pagou os 30 dias do Pissetti lá? Dinheiro público, não é? Dinheiro do povo do Paraná.

Então, claro que o Bispo Lugo não sabe o que está falando. Como que vai governar o Paraná, que não sabe que um assessor de comunicação de um estado está lá recebendo e trabalhou um mês - um mês dá quanto o salário do Secretário? Doze mil, é doze mil? Doze mil! Então, vamos fazer uma conta, vamos diminuir um pouco, vamos fazer 10 mil. O Lugo recebeu 10 mil de contribuição na campanha, do Sr. Requião. Quem paga o salário do Pissetti? O Paraná. Quem é que manda no Paraná? O Requião. O Requião que autoriza fazer o pagamento.

Então, o Bispo Lugo é mentiroso. Não sabe o que está falando. O Bispo Lugo não sabe o que quer na vida,

porque ele disse hoje nos jornais: “Não, não recebi, agência AFP, não recebi nada, nem um guarani.”

E o Requião, diz aqui, O Requião também tem uma palavra boa do Requião que diz que não tem dinheiro nem para a campanha dele, imagine para a do Lugo. Ele disse que não deu dinheiro para o Lugo, mas deu! Está provado que o Requião deu, contribuiu financeiramente para a campanha do Lugo.

Sr. Presidente, queria pedir a V. Exa., vou fazer essa consulta a V. Exa., tenho um documento aqui, o radialista Jocelito, às vezes, trabalha mais que o Deputado, tenho um e-mail onde constam os dias que o Pissetti esteve no Paraguai. Esse e-mail consegui como radialista. Liguei, pedi e alguém me concedeu. Consegui o e-mail do hotel onde o Pissetti estava. Não sei se posso publicamente ler isso, esse documento veio no meu e-mail, fiz uma solicitação ao hotel, porque vi o Pissetti um dia nesse hotel. Liguei para o hotel e como os paraguaios são bonachões, o cara do hotel gentilmente me mandou o e-mail com as datas. Inclusive uma notícia boa aqui, segundo o hotel o Pissetti não pagou com dinheiro do Governo, vieram até as tarjetas aqui, são dele, particular.

Não sei se posso, Sr. Presidente, quero perguntar a V. Exa., é um e-mail que recebi do Paraguai, tem o nome da pessoa, os dias que ele ficou hospedado no hotel, telefone, e-mail. Posso ler este documento? Porque é um documento que pedi e o hotel mandou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Respondo à questão de ordem de V. Exa.. V. Exa. está no horário da Liderança do seu partido e usando da tribuna, tem as prerrogativas inerentes ao cargo de V. Exa. e pode falar. Aqui há liberdade de imprensa sim, e liberdade de expressão. V. Exa. pode falar o que quiser. V. Exa. pode fazer do documento o que quiser.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O que me interessa, Sr. Presidente, é a legalidade, tenho aqui um documento que me deu acesso aos dias que o Pissetti estava lá, inclusive vieram os números dos cartões de crédito que ele usou. Estou perguntando a V. Exa. porque depois o Secretário vai me responsabilizar porque mostrei aqui na tribuna que tive acesso a documentos dele.

Acho que até vou esperar até segunda-feira, Sr. Presidente, é um documento que veio, um e-mail, não sou homem de ter medo, só não quero transgredir a legalidade. Esse e-mail chegou no dia 21, desde o dia que anunciei aqui, e diz aqui, Sr. Presidente, que ele usou cartão particular. Prova que ele esteve lá, o hotel está mandando, agora não quero incorrer número num erro que possa prejudicar esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, em hipótese alguma, aliás Deputado Jocelito, estamos aguardando a resposta dos requerimentos aprovados aqui nesta Casa, alguns firmados por V. Exa., dirigidos à Casa Civil e à Secretaria de Comunicação para

que respondam inclusive quesitos que possam ser confrontados como documento de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Bom, Sr. Presidente, diante da dúvida que fiquei, mesmo com a sua participação, não quero sair do limite da legalidade e por mais que tenha liberdade aqui, sempre é bom lembrar que por trás da liberdade existe a responsabilidade.

Vou aguardar segunda-feira, porque isso é muito grave Sr. Presidente, pedi aqueles documentos naquele dia para saber os números dos cartões de crédito corporativo para conferir com os que vieram aqui. Vou aguardar até segunda-feira, mas tenho o documento aqui para que a imprensa não diga que estou falando da boca para fora.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Faço uso do horário para retomar alguns pontos colocados aqui durante esta Sessão. Tenho que me reportar ao horário usado pelo Deputado Plauto Miró, que quando se referiu às intervenções feitas na Sessão de ontem, com certeza estaria se referindo ao meu aparte, feito no horário em que o Líder do Governo falava sobre a questão do pedágio.

Era um aparte, então não tinha o tempo necessário onde pudesse discorrer de todos os pontos apresentados pelo relatório que reviu as concessões dos pedágios no Paraná. Fiz um aparte e chamei a atenção. O meu objetivo principal era chamar a atenção da sociedade paranaense para a questão do pedágio, porque se passa uma ilusão de que quem paga o pedágio é quem desce para o litoral, quem viaja para o norte do estado, ou os donos de transportadoras, mas na verdade esse pedágio é pago por todo o cidadão paranaense, o tempo todo. Como disse ontem, todas as pessoas que se alimentam pagam o pedágio, porque na hora de você transportar uma mercadoria, essa taxa, esse custo é repartido e é absorvido no preço dessa mercadoria.

Hoje o Deputado Plauto Miró falou da revisão da TIR, da revisão das obras, da retirada dos impostos, do que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite. A revisão da localização das praças de pedágio, a discussão do passivo judicial, R\$ 180 milhões a serem pagos por todos os paranaenses. A devolução das estradas ao Governo Federal, etc.

Ainda acredito que realmente é tudo maquiagem. Se quiserem reduzir o pedágio, reduzem. Não é preciso abrir. Isso é uma questão de as empresas terem esse poder de decisão nas mãos.

As últimas palavras do Deputado Plauto Miró foram com relação ao risco Brasil, e aquilo para mim foi a gota d'água. Realmente, Deputado Jonas, o risco Brasil e a situação quando foi instituída a questão do pedágio era completamente diferente, isso é mais uma razão para que essas taxas sejam revistas. Queria reafirmar a minha posição com relação a isso, quando toquei ontem em dois, três pontos, era realmente pela exatidão de tempo que disponho.

A outra questão bem importante, embora o Deputado Péricles não se encontre aqui, foi a fala dele ontem com relação à cobrança das ligações de água em área de ocupação. Muito importante. Ele falou no Pequeno Expediente, não consegui intervir.

Nós trabalhamos, via de regra em Saúde Pública, com toda a população. As maiores dificuldades que tínhamos dentro da Saúde Pública era dar assistência à Saúde a quem não tem acesso a água. Via de regra, novamente digo, são as pessoas que mais precisam de assistência e é muito mais barato para o Governo do Estado, para as prefeituras municipais, propiciarem para que essas pessoas tenham acesso a água, do que supermedicar essas pessoas. Isso é fundamental.

Até acredito - mas se você parte para essa política, você vai legalizar as áreas de ocupação - acho que temos que buscar o caminho do meio. Temos que proporcionar que essa gente tenha acesso a água e ao mesmo tempo proporcionar que essas pessoas tenham acesso a uma política de habitação justa. Ninguém escolhe as beiras de rios, as nascentes por livre escolha para construir lá os seus barracos. Ninguém faz isso, eu duvido que alguém faça opção ao invés de inscrever-se numa fila da COHAB, da COHAPAR, ficar lá esperando o momento de ocupar uma área dessas. Então, isso é uma política inversa, e até para a política do estado, dos municípios, tem que ser revista, até por uma medida de economia. É muito mais barato para o município fornecer água do que encharcar essas pessoas de medicamento, antibiótico, ou empurrar em leitos hospitalares, e mais tarde até nos leitos de UTI, tão colocados aqui nesta Casa.

A outra questão, para finalizar, é a questão do lixo. Nós conversamos a semana toda a questão da SANEPAR, o problema do superfaturamento ou não das residências lá em Piraquara, ou de outros problemas. Mas queria retomar e gostaria que na semana que vem pudéssemos discutir a questão da SANEPAR na CONRESOL, no consórcio do lixo. Foi uma discussão imensa nesta Casa, tivemos que votar um projeto de lei que autorizava a SANEPAR a participar do consórcio, o qual faz parte Curitiba e outros 14 municípios da região metropolitana. Passamos uma tarde e o início de uma noite discutindo isso; e depois que o projeto de lei foi aprovado não tivemos nenhum retorno.

Conversávamos ontem com técnico da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Curitiba, por meio da nossa assessoria, e o que nos foi dito é que até então a

SANEPAR ainda não atendeu os condicionantes para fazer parte daquele consórcio e que a licitação está marcada para o dia 3 de março.

Para que não nos sintamos, Sr. Presidente, até usados dentro desta Casa para esta ou aquela situação trazida pelo Governo, acho que merecemos uma resposta com relação àquele processo. A SANEPAR tem autorização para participar do consórcio, e hoje não tem mais interesse nesse consórcio? Temos um problema sério com lixo, nós temos aí a produção de mais de 2 mil e 500 toneladas/dia, temos o problema do aterro da Caximba, e temos que resolver e não temos que fazer de conta que buscamos a resolução desse problema.

Finalizando, acho que isso espero conversar com o Líder do Governo, até para entender um pouquinho mais essa situação.

E para finalizar, escutei o Deputado Jocelito Canto falando de um problema de lixo lá, e de uma concessão, acredito que no município de Ponta Grossa, por 16 anos, os próximos Prefeitos estarão amarrados. Acho que isso serve de alerta hoje para a população que está nos assistindo, para o cidadão paranaense, para a cidadã paranaense, que política não se faz e nem se cuida em época de eleição; política é todo dia. Esses contratos têm que ser acompanhados via de regra pelas Câmaras de Vereadores e por toda a população, para que realmente a política sirva para melhorar a vida das pessoas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, vim para testemunhar, e testemunhar é importante porque sem sabe contagia. Tive no dia de ontem uma experiência importante, já elogiava o programa, e ontem tive a confirmação de que realmente é muito seguro. O Governo do Estado criou o 181, o Disque-Denúncia. E esse 181 é eficiente, é seguro e preserva a fonte. O Tenente-Coronel Costa coordena esse sistema no estado, Deputado Teruo, e sabemos que a Segurança preocupa todos. E, eu como Parlamentar, sei da responsabilidade política que tenho. Sei também que o cidadão precisa cooperar com a polícia, com a sua cidade.

O Coronel Costa nos recebeu ontem. Vale a pena ir lá e conhecer o sistema para se sentirem seguros.

Qualquer paranaense pode usar o 181. Qual é o papel do Prefeito, do Vereador, do Deputado, do cidadão, da liderança comunitária, do eleitor, das pessoas que querem o melhor para sua família, para sua cidade e que a Segurança funcione, pelo menos, nesse setor do Disque-Denúncia, para combater o traficante.

Sei que o Secretário Delazzari se esforçou muito. E hoje está sob a batuta do Coronel Costa. Fui lá, é eficiente. É seguro. Pode denunciar. Ninguém vai saber.

Esse é o recado que preciso dar e testemunhar. Fui lá, acompanhado de oito Vereadores do oeste do Paraná, e eles também perceberam a segurança que há. Quem de vocês não sabe de uma família que já reclamou de um problema. Às vezes, a saída não é prender um jovem, e sim encaminhá-lo ao Conselho Tutelar e tirar de circulação o traficante. É importante fazer esse pronunciamento, porque vejo como co-responsável qualquer cidadão, pelas políticas públicas.

O Coronel mostrou na hora uma denúncia que foi feita de uma cidade do Paraná, contando detalhes, colégio tal, cidadão tal. E, imediatamente, se aciona lá na cidade o comando com essa informação. E ninguém sabe quem falou. O objetivo do meu pronunciamento é esse, da segurança de quem denunciou, para depois essa pessoa não ser perseguida. A denúncia chega com detalhes e, em 15 minutos se aborda o cidadão e tira de circulação. Para quem tem dúvida, vão lá conversar com o Coronel Costa.

Tenho certeza que aqui é unanimidade para que possamos amenizar os problemas com relação ao tráfico de drogas. Amenizar o sofrimento das famílias que perdem um filho por consumo de drogas.

Concedo a palavra ao Deputado Teruo Kato.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

Gostaria de parabenizá-lo pelo tema que aborda.

Recentemente, recebi um Diretor de escola trazendo a gravidade do problema que ele enfrenta dentro da escola, principalmente com relação à questão de drogas.

Isso que V. Exa. está relatando, com certeza, vai ser um instrumento que poderá fazer com que possamos minimizar esses problemas, principalmente entre os jovens de escolas estaduais de 5ª a 8ª séries, justamente nessa faixa etária onde verificamos maiores problemas e casos de mães que sequer podem deixar a casa aberta por causa dos filhos que, já envolvidos com a droga, acabam tirando tudo de casa para converter em recurso para poder comprar a droga.

Então, realmente é um assunto que merece a nossa ação e, com certeza, essa ação, de Governo vai fazer com que possamos melhorar o atendimento nessa área.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado!

O objetivo da minha fala é testemunhar que o 181 é eficiente, é seguro e podemos colaborar, sim, com a questão da diminuição de problemas com relação ao tráfico de drogas no estado do Paraná.

Para quem quiser ter a confirmação, vá lá, conheça *in loco* e testemunhe para as lideranças que os cercam que, certamente, vale a pena defendermos os interesses

das famílias paranaenses que não querem que seus filhos caiam no mundo da droga.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB, com a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson.

Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputada Rosane, Deputada Beti.

Vimos a essa tribuna, hoje, para fazer um agradecimento a todos os Srs. Deputados que, na semana passada, aprovamos um requerimento encaminhado ao Governo Federal, mais especificamente à ANTT, pedindo providências urgentes no sentido de que haja priorização na recuperação desse trecho do trevo do Atuba até a conexão com o antigo contorno leste, atual variante da BR-116, Curitiba - São Paulo, tendo em vista os vários requerimentos, encaminhamentos, como Deputado e como Secretário de Estado da Região Metropolitana, que fizemos ao então DNIT, para que houvesse uma urgência na recuperação daquela obra.

No ano passado, esta obra entrou, como várias outras, no Programa de Concessão Federal de Rodovias, que teve no dia 14 de fevereiro a assinatura do contrato, sendo que a empresa vencedora desse trecho especificamente é a espanhola OHL. De Curitiba a São Paulo é uma extensão de 401 quilômetros e a empresa fará, inicialmente, nos primeiros seis meses, investimentos nos trabalhos iniciais num valor aproximado de R\$ 124 milhões para dar as condições mínimas a essa rodovia que, a nível de Brasil, é um importante corredor norte-sul.

Essa BR é citada no Jornal Nacional, pelo excessivo, alarmante número de acidentes com vítimas fatais no país. Então, a nossa rodovia BR-116, atual “rodovia da morte”, será uma rodovia que estamos trabalhando e temos a certeza de ter o apoio de todos os Srs. Deputados para que haja uma prioridade, principalmente na recuperação dos trechos críticos e, posteriormente, num total de 3 bilhões e oitocentos de investimento, possa ser considerado como é o nome colocado, o nome fantasia do trecho, “autopista Régis Bittencourt”.

É importante citar que, no ano retrasado, em 2006, o Governador do Estado investiu em obras de segurança neste trecho até o contorno leste, para que evitássemos a continuidade de mortes de pessoas nessa área urbana, por exemplo, entre o Jardim Paulista - no município de Campina Grande, e Jardim Menino Deus, em Quatro Barras, onde várias manifestações ocorreram para que lá fosse construída uma obra de passagem de pedestres e de veículos integrando essas duas regiões,

desenvolvendo o comércio, a indústria, promovendo a integração social, econômica, e principalmente salvando vidas.

Pois bem, o Governo Paraná, através de recursos do Programa PIT, desenvolvido pela COMEC e pela Secretaria, na época, investiu aí quase 5 milhões na construção de uma trincheira, sem se importar, Deputado Romanelli, se era uma rodovia federal ou estadual. A trincheira está concluída e em fase de programação para inauguração, mas, muito mais importante do que a inauguração, é exatamente a satisfação da população que agradece por uma importante obra que foi construída pelo Governo do Estado. Já naquela época fazíamos um entendimento com o DNIT que era importante que o Governo adiantasse o expediente para a construção de uma outra trincheira, no município de Colombo, especialmente no projeto desenvolvido pela COHAPAR, pelo Governo do Estado na regularização fundiária, nos investimentos importantes pelo então Secretário Romanelli - da COHAPAR, no Governo do Estado, onde nós, como Secretário, pudemos priorizar essa obra. Essa trincheira ficou prometida pelo DNIT que fosse assumida pelo Governo Federal.

Pois bem, recebemos este ano a resposta que agora é que a questão está na alçada da ANTT e da concessão da empresa OHL. Encaminhamos requerimento, já aprovado nesta Casa, exatamente para que haja uma antecipação não para o quinto ano de concessão, mas já para o primeiro ano a construção dessa importante obra e, principalmente, também, a recuperação. Já que o DNIT, no final do ano passado, arrancou os muros de proteção, tornando um perigo iminente para qualquer veículo que transita à noite: sem sinalização, sem faixa, sem condição de visibilidade e que pode ultrapassar a pista contrária e ocorrer uma colisão frontal, atingindo vítimas inocentes que transitam na região e possam ter suas vidas ceifadas por um acidente fatal.

Então, é importante que haja a intervenção urgente nesse trecho do trevo do Atuba até o contorno leste que não tem, sequer, os muros de proteção. É importante que haja essa trincheira, porque o Governo do Estado, além da trincheira lá no Jardim Paulista e Menino Deus, investiu mais de 20 milhões no Zumbi e agora definiu a regulamentação de infra-estrutura no Liberdade, que atende mais de 15 mil pessoas. Mas, muito mais que isso, ela vai salvar vidas, vai promover também, em Colombo, a integração dessa região isolada do lado direito da BR - 116, acesso norte, e que terá condições de se integrar Pinhais e Colombo no desenvolvimento econômico.

Com aparte o Deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Agradeço pelo aparte. Quero parabenizá-lo pelo seu discurso e ainda dar uma ênfase em especial à transformação que o Governo está fazendo nesta parceria com

toda a região metropolitana, aonde passamos ainda há pouco, e as obras em Colombo, da duplicação da rodovia que cruza Colombo, que também está transformando a cidade, está dando uma ênfase de segurança, de cidadania, de criatividade nas imediações dessas obras, onde o comércio está se transformando, indústrias também estão se instalando e as já antigas existentes, aquelas que muitas vezes imaginávamos que iriam fechar, estão ampliando as suas bases.

Mas quero ponderar que poderíamos visualizar, também, a cidade de Curitiba, o que está acontecendo na Linha Verde. Passo quase todos os dias ali entre o trecho que cruza a cidade até o Pinheirinho e não estou visualizando a construção dos viadutos que tanto sonhamos para Curitiba.

Quero encaminhar um requerimento ao DNIT, à Prefeitura de Curitiba, para que exista, realmente, uma mudança do projeto que está sendo instalado, porque não adianta você concentrar no centro de Curitiba uma avenida com 12 pistas, aonde o pico de fluxo que é das 18 às 20h se intensifica, principalmente no trecho entre Atuba e Pinheirinho. Se não tivermos esse fluxo já distribuído em viadutos, como temos em São Paulo, quem vai a São Paulo visualiza uma cidade com 12 milhões de habitantes, só a cidade de São Paulo; mais a metropolitana mais 15 milhões e a cidade flui. Por quê? Por causa dos viadutos. Não temos sinaleiros em São Paulo, temos as vias Pinheiros e Tietê - como imaginamos no futuro que vamos ter aqui, também. E hoje faço esse requerimento, vou encaminhar à Mesa, solicitando o apoio do DNIT para que o projeto original da Linha Verde seja transformado. São nove viadutos necessários. Transforma a cidade de Curitiba e transforma a região metropolitana, porque quando trava o centro de Curitiba, trava todo o fluxo que temos de entrada da Fazenda Rio Grande, de Almirante Tamandaré, de Colombo, de Campina Grande do Sul, de Quatro Barras, de Araucária. Trava Tudo! Trava a região metropolitana!

Por isso, queria dar parabéns a V. Exa. por esse encaminhamento. Vou fazer uma minuta onde vou pegar algumas assinaturas e na semana que vem vamos encaminhar, juntos, uma proposta que seja conveniente para Curitiba e região metropolitana.

Obrigado pelo aparte.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado pelo aparte. Realmente como foi falado, a Estrada da Ribeira entre o trevo do Atuba e Guaraituba, que está sendo não duplicada, mas triplicada, são três pistas de cada lado e um investimento de quase 20 milhões do Governo, ela também se faz numa rodovia abandonada pelo Governo Federal, porque é uma via urbana que tem esses investimentos importantes e creio que é por aí. A parceria, a integração de ação entre Governo Federal, Estadual e Municipal é importante, porque o cidadão vê a necessidade mas não sabe, muitas vezes, a quem recorrer.

Muito obrigado pelo tempo, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 017/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (28/02/08), por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 039/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, a construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim, na cidade de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 040/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, atenção especial e atendimento a necessidade da Universidade Estadual de Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 041/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de um Centro de Educação Infantil no Distrito Vale Azul, no município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 293, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27 e 28/02/08, devido a visitas aos aterros sanitários de São Paulo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 723/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos, Pesquisa e Atenção a Drogas e AIDS - CEPADA, com sede e foro no município

de Foz do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 735/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre o porte de arma de fogo aos agentes penitenciários estaduais, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/07, de 16/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 840/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a denominar Walter Alberto Pecoits o Hospital Regional do Sudoeste localizado na cidade de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/07, de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 852/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão - Escola de Educação Especial Ser e Aprender, com sede e foro no município de Foz do Jordão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada as emendas da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede isenção do pagamento de taxas estaduais, relativas a renovação da carteira nacional de habilitação (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 754/07

Art. 1º Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 754/07, com a seguinte redação;

“Art. 1º (...)

Parágrafo Único. A isenção a que se refere o *caput* deste artigo fica limitado as pessoas com renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos

Sala das Sessões, em 28.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio:

Teruo Kato, Rosane Ferreira, Jocelito Canto e Pastor Edson Praczyk.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 806/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que seja discriminado, no convite e na mídia de divulgação de eventos beneficentes, o nome da entidade e o percentual destinado à mesma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 848/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais - APR de Joaquim Távora, com sede e foro no município de Joaquim Távora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que assegura aos Ministros de todos os cultos à assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. (Publ. no DA nº 152/07, de 26/11/07, em **Projetos de Lei**). **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 834/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo assegurar aos ministros de todos os cultos acesso à rede hospitalar pública ou privada e aos estabelecimentos prisionais, respeitadas as normas de cada órgão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 834/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado, Artagão Júnior, está de parabéns pela humanitária iniciativa de submeter à apreciação desta Casa, projeto que assegura aos ministros de todos os cultos, prestação de assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero.

Este projeto, virando lei, trará enorme benefício social.

Como mesmo justifica o nobre autor deste projeto, os ministros religiosos são, preparados para levarem consolo, ombro amigo e orientação de natureza espiritual àqueles que sofrem de doença grave, física ou espiritual.

Louvo a inteligência do ilustre Deputado Artagão Júnior que, com a presente proposição a tão importante área.

Meu parecer é pela sua aprovação, renovando a homenagem deste relator ao Deputado Artagão Júnior, que honra e dignifica seu mandato parlamentar.

Sala das Comissões, em 18.02.08.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 853/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Interativa - ACI, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 159/07, de 10/12/07, em **Projetos de Lei**). **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 853/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública a Associação Cultural Interativa - ACI, com sede e foro na cidade de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 289, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 291 e 292, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 288, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

É apenas um pequeno aparte, para retificar uma informação que foi passada aqui. Só para “fulanizar” um termo muito interessante, que o Deputado Romanelli citou aqui no Plenário. A Sra. Tatiana ainda está em atendimento, mas não está liberado o leito de UTI para ela. Passaram a informação de que ela estava sendo atendida e não é o que está acontecendo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

O Deputado Marcelo Rangel está fazendo o que o Deputado Romanelli falou, está “fulanizando”. Sr. Presidente, recebi essa informação agora há pouco, do Chefe da Regional da Saúde, que é o homem responsável pela Saúde de Ponta Grossa. Deputado Marcelo Rangel, pode ter certeza de que ela está sendo transferida e está indo para a Santa Casa. A ambulância pode estar atrasada cinco, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Temos certeza absoluta de que ela será muito bem assistida.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de março, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 728 e 743/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 597, 806, 846 e 848/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 834 e 853/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 854 e 859/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 111/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 025/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 417, datado de 30/01/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar a favor de CÉLIA MARIA IÊSKI PASSOS, matrícula nº 40.601, portadora do RG nº 843.347-0/PR e do CPF nº 184.350.179-15, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, nível NBA-01, lotada na Diretoria Geral, os tempos de:

1) 06 meses, para todos os efeitos legais, relativo a uma licença especial contada em dobro, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70 e anterior a publicação da Emenda Constitucional nº 020/98; e
02) 08 anos, 05 meses e 11 dias, para efeito de aposentadoria, relativo aos períodos de 01/06/68 a 11/01/69 (07 meses e 11 dias) em que trabalhou no Instituto de Endocrinologia Ltda, de 01/12/70 a 29/01/71 (01 mês e 29 dias) em que trabalhou na COPASA, de 01/11/76 a 31/12/82 (06 anos e 02 meses) em que contribuiu conforme documento nº 1094871217-CICI, de 01/09/83 a 31/01/85 (01 ano e 05 meses) em que contribuiu conforme documento nº 1094872179-CICI, de 01/06/85 a 31/07/85 (01 mês já descontado o tempo em paralelo) conforme documento nº 10948712179-CICI, segundo assegura o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 026/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 838, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARIA APARECIDA DO PRADO CAMARGO, matrícula nº 40.365, portadora do RG nº 4.078.556-6/PR e do CPF nº 567.200.509-82, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de servente, nível NBA-03, lotada na Diretoria de

Serviços Especiais, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 027/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 830, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de SUZANA OZORES, matrícula nº 40.533, portadora do RG nº 731.968-1/PR e do CPF nº 610.488.449-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 10/06/85, ocupante do cargo de digitador, nível NTC-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 028/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 844, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANA CRISTINA CANORO, matrícula nº 40.943, portadora do RG nº 3.230.240-8/PR e do CPF nº 510.642.789-49, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 15/09/87, ocupante do cargo de consultor administrativo, nível NUD-02, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 a 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegura-

rado pelo parágrafo 3º, artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 029/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 534, datado de 12/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANA RODRIGUES DE CAMARGO, matrícula nº 40.337, portadora do RG nº 2.080.798/PR e do CPF nº 392.137.069/87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de servente, nível NBA-03, lotada na setor da água, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviço a Iguaçu Empresa de Serviços Especializados Ltda., por 02 (dois) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, período de 24/03/75 a 11/01/78; OBRAM Organização e Brambilla Ltda, por 03 (três) anos, 07 (sete) meses e 14 (quatorze) dias, período de 12/01/78 a 25/08/81; Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda, por 02 (dois) anos e 06 (seis) meses, período de 01/09/81 a 29/02/84, num total de 08 (oito) anos, 11 (onze) meses e 02 (dois) dias de contribuição, conforme dispõe o parágrafo 9º, artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 030/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1096, datado de 25/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, ADEMIR ANTONIO DOS SANTOS, matrícula nº 40.425, para prestar serviços junto à Prefeitura Municipal de Antonina, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 031/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 240, datado de 18/01/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, ISAMAR VILLA DE CARVALHO, fisioterapeuta, matrícula nº 40.090, para continuar prestando serviços junto a Universidade Federal do Paraná, no Hospital de Clínicas dessa Universidade, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 032/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 240, datado de 18/01/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FERNANDO KUBRUSLY, matrícula nº 6275, para exercer suas atividades no serviço de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 033/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 559, datado de 12/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, VERA LÚCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40.019, de sessenta (60) dias, a partir de 22/01/08 com término em 22/03/08, CID (10) G 43.0 e F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão**Ecologia e Meio Ambiente**

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões da presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Reni Pereira, Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e Luiz Fernandes Litro. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, em função de denúncia referente ao aparecimento de óleo combustível em nascentes d'água às margens do rio Girau Alto, no município de Dois Vizinhos. Esta Comissão solicitou relatório ao Instituto Ambiental do Paraná de Dois Vizinhos e deliberou por providências: 01) Solicitar a MINEROPAR - Minerais do Paraná, que faça os devidos estudos de solo tentando detectar a origem do acidente - APROVADO; 02) Designar uma comitiva de membros da Comissão, para verificar *in loco* e produzir um relatório da real situação, sob a presidência do Deputado Luiz Fernandes Litro, Secretário Deputado Reni Pereira; e com a presença dos Deputados Ribas Carli Filho e Nereu Moura - APROVADO; 03) Enviar ao Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues; Secretário Estadual do Meio Ambiente, o relatório de acidente ambiental em que o IAP local deposita sua confiança na equipe da concessionária Companhia Esso como uma das investigadoras do referente acidente - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros, e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

